



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Novembro/2018

## Concurso Público para provimento do Cargo de Auditor-Fiscal da Receita Estadual – Nível I Tecnologia da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

### PROVA OBJETIVA P3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões objetivas, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- O tempo mínimo de permanência na sala de prova é de 3 horas do início da prova.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**PROVA OBJETIVA P3**  
**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**Legislação Tributária de Santa Catarina II**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 e 2, considere as informações abaixo e a Lei estadual nº 3.938/1966, que dispõe sobre normas de legislação tributária estadual.

*Durante o planejamento de uma grande ação fiscal em todo o Estado de Santa Catarina, formaram-se grupos de fiscalização com diversos núcleos, cada um deles atuando em um dos grandes Municípios do Estado. A operação envolveria a fiscalização de pessoas ligadas, de modo direto ou indireto, à sonegação dos impostos estaduais. Naturalmente, dúvidas relacionadas a aspectos da operação surgiram, mas as autoridades que as coordenaram, com base nas legislações específicas, dirimiram-nas todas.*

1. No que tange à dúvida a respeito da aplicação da legislação tributária estadual reguladora da competência dos poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização, foi dito aos Auditores Fiscais encarregados da operação que esta legislação se aplica às pessoas
  - (A) naturais e jurídicas, inclusive às que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal, desde que contribuintes.
  - (B) naturais, não contribuintes.
  - (C) jurídicas, contribuintes ou não, desde que não gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal.
  - (D) naturais e jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de isenção de caráter pessoal, excluídas as que gozem de imunidade dessa natureza.
  - (E) jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal, excluídas apenas as pessoas naturais não contribuintes ou que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal.

---

2. Relativamente aos poderes de fiscalização dos Auditores Fiscais encarregados da execução dessa operação, a Lei nº 3.938/1966 estabelece que
  - (A) as autoridades fiscais têm o direito de examinar mercadorias, livros e documentos dos comerciantes, desde que não haja disposições legais excludentes ou limitativas deste direito.
  - (B) os agentes do Fisco arrecadarão, independentemente da lavratura de termo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento do contribuinte, e os devolverão aos proprietários, contra recibo passado por estes, independentemente da lavratura de auto de infração.
  - (C) o agente do Fisco que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará, obrigatoriamente, sob sua assinatura, termos circunstanciados de início e de conclusão de cada uma delas.
  - (D) é vedado à fiscalização, sem ordem judicial expressa, lacrar os móveis ou depósitos onde possivelmente estejam os livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos fiscais ou comerciais cuja exibição o contribuinte se recusa a fazer à autoridade fiscalizadora.
  - (E) os termos circunstanciados de início e de conclusão de diligência de fiscalização serão lavrados consignando-se, apenas, as datas inicial e final do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos comerciais e fiscais exibidos, vedada qualquer outra anotação, que, se necessária, será feita em termo autônomo e apartado.

---

3. De acordo com o *caput* do art. 4º do Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina (RNGDT/SC), aprovado pelo Decreto Estadual nº 22.586/1984, “nenhuma ação ou omissão será punida como infração da legislação tributária, a não ser que esteja definida como tal por lei tributária vigente à data da sua prática”. Com base nesse dispositivo legal, a empresa “Bazar Sadio Ltda.” argumentou, na impugnação que apresentou em processo administrativo tributário, que a penalidade que lhe foi imposta pela autoridade administrativa competente, por infração à legislação do ICMS, deveria ser cancelada, pois a legislação tributária do Estado de Santa Catarina não admite a cominação de penalidades genéricas.

Diante desse argumento, com base no RNGDT/SC, a autoridade encarregada de analisar o referido processo e decidir a respeito das alegações feitas pelo contribuinte

  - (A) deverá acatá-lo, pois a lei tributária não pode cominar penalidade genérica para as ações ou omissões contrárias à legislação tributária.
  - (B) não deverá acatá-lo, pois a lei tributária pode cominar penalidade genérica para as ações ou omissões contrárias à legislação tributária, ainda que haja penalidade específica para elas.
  - (C) deverá acatá-lo, pois a lei tributária não pode cominar penalidade genérica para as ações ou omissões contrárias à legislação tributária, no tocante a obrigações acessórias previstas na legislação referente aos impostos de sua competência.
  - (D) não deverá acatá-lo, pois a lei tributária pode cominar penalidade genérica para as ações ou omissões contrárias à legislação tributária, desde que não seja prevista penalidade específica para elas.
  - (E) deverá acatá-lo, pois a lei tributária não pode cominar penalidade genérica, de natureza pecuniária, para as ações ou omissões contrárias à legislação tributária, no tocante a obrigações acessórias previstas na legislação referente aos impostos de sua competência.



4. Empresa catarinense, devedora de tributos estaduais, declarados por notificação fiscal, procurou a repartição fiscal estadual de sua cidade, no vale do Itajaí/SC, para liquidar o referido crédito tributário em prestações mensais. Com base na Lei estadual nº 3.938/66, e ressalvados os casos especiais previstos nas leis específicas de cada tributo, tais débitos podem ser pagos em prestações mensais, observando-se, ainda, que
- (A) dentre outros requisitos, seja feita a apresentação de fiança, caso o Inspetor de Fiscalização e Arrecadação de Rendas da região fiscal a que estiver jurisdicionado julgue conveniente, e que o número de prestações mensais não exceda a dez.
  - (B) dentre outros requisitos, o pedido seja apresentado tempestivamente, que seja demonstrada a impossibilidade financeira de solver, de uma só vez, a obrigação, e que o número de prestações mensais não exceda a vinte e quatro.
  - (C) o pedido apresentado por contribuintes dos setores industrial e comercial atacadista só será beneficiado com parcelamento especial de trinta e seis meses, se o referido pedido for acompanhado do balanço patrimonial da empresa, referente aos três exercícios anteriores ao da apresentação do pedido.
  - (D) o pedido apresentado por contribuintes dos setores industrial, comercial atacadista e comercial varejista só será beneficiado com parcelamento excepcional de trinta e seis meses, se o referido pedido for acompanhado do balanço patrimonial da empresa, referente aos dois exercícios anteriores ao da apresentação do pedido.
  - (E) dentre outros requisitos, o número de prestações mensais não poderá exceder a sessenta, quando o pedido for formulado por empresa integrante do Simples Nacional.

5. Suponha que um contribuinte do ICMS tenha apresentado a seguinte dúvida à Secretaria da Fazenda: “... se deveria cumprir obrigação acessória criada por portaria ou pelas demais disposições normativas expedidas pelos órgãos da Secretaria da Fazenda”. Com base no Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual nº 22.586/1984, ao contribuinte deverá ser respondido que
- (A) não, pois somente a lei pode criar obrigações tributárias para os contribuintes.
  - (B) não, pois as obrigações acessórias só podem ser instituídas por lei ordinária.
  - (C) não, pois somente a lei e os decretos podem criar obrigações tributárias para os contribuintes.
  - (D) sim, pois as portarias e as demais disposições normativas expedidas por aqueles órgãos, ainda quando incompatíveis com a legislação tributária, a cuja complementação se destinam, integram o rol das normas complementares da legislação tributária por meio das quais podem ser criadas obrigações acessórias.
  - (E) sim, pois as portarias e as demais disposições normativas expedidas por aqueles órgãos, quando compatíveis com a legislação tributária, a cuja complementação se destinam, integram o rol das normas complementares da legislação tributária por meio das quais podem ser criadas obrigações acessórias.

**Atenção:** As questões de números 6 a 15 alicerçam-se no RICMS/SC – Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e anexos.

6. Na saída de bens e mercadorias em operações iniciadas em outra Unidade da Federação com destino a consumidor final não contribuinte do imposto, localizado no Estado de Santa Catarina, o
- (A) remetente do bem ou mercadoria utilizará a alíquota interna prevista neste Estado para calcular o ICMS total devido na operação.
  - (B) remetente utilizará a alíquota interna prevista para a operação, no Estado de sua localização, para o cálculo do imposto devido à unidade federada de origem.
  - (C) contribuinte recolherá o imposto correspondente à diferença entre o imposto calculado com a alíquota cheia e a alíquota vazia para o Fundo de Combate a Pobreza.
  - (D) destinatário pagará o imposto devido a este Estado por meio da aplicação das fórmulas “ICMS origem =  $BC \times ALQ \text{ inter}$ ” e “ICMS destino =  $[BC \times ALQ \text{ intra}] - ICMS \text{ origem}$ ”.
  - (E) cálculo do valor correspondente à diferença entre a alíquota interna da Unidade da Federação de destino e a alíquota interestadual observará a legislação da unidade federada de localização do remetente ou responsável.

7. Conforme o RICMS/SC, integra a base de cálculo do imposto o
- (A) valor correspondente a seguros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, porém o valor dos juros na venda a prazo não a integra.
  - (B) valor do frete, caso o transporte seja efetuado por conta do remetente e cobrado em separado, porém o valor do IPI não a integra.
  - (C) montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle, porém o valor das bonificações em mercadorias não a integra.
  - (D) valor correspondente a seguros, juros e demais importâncias pagas pelo destinatário, porém o montante do imposto não a integra.
  - (E) montante do imposto retido referente às operações posteriores, constituindo o respectivo destaque do ICMS ST mera indicação para fins de controle, porém o valor do desconto condicionado não a integra.



**Atenção:** Para responder às questões de números 8 e 9, considere as informações abaixo e o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e anexos (RICMS).

Os seguintes eventos foram realizados por um estabelecimento comercial, não optante pelo Simples Nacional, localizado em Blumenau/SC.

1. recebe, para revenda, 5 camisas masculinas, fabricadas na Bolívia, de fornecedor paulista, no valor de R\$ 100,00 cada e 12 calças masculinas, fabricadas em Minas Gerais, com matéria-prima de Mato Grosso, de fornecedor local, no valor de R\$ 160,00 cada;
2. recebe 8 caixas de material de limpeza, destinadas ao uso no departamento de pessoal do estabelecimento, no valor de R\$ 15,00 cada, fabricadas na China, de fornecedor gaúcho;
3. recebe 100 unidades de sacola com a marca da loja, de material reciclável, nacional, para embalar os produtos vendidos, no valor de R\$ 1,50 cada, de fornecedor local;
4. dá saída, a título de venda, em 3 camisas para consumidor local e 1 camisa para consumidor mineiro, que saiu da loja já vestindo a camisa, ao valor de R\$ 180,00 cada; e dá saída em 6 calças para consumidor local e 3 calças para consumidor goiano, com entrega via Sedex, ao valor de R\$ 250,00 cada;
5. consome 3 caixas de material de limpeza;
6. utiliza 40 sacolas para embrulhar os produtos vendidos e entregues, perde 10 e fica com o restante em estoque.

Considere que os produtos são sujeitos à alíquota interna de 17% em todos os Estados e tributados normalmente, sem substituição tributária, antecipação de pagamento, isenção, redução de base de cálculo ou crédito outorgado. Os produtos importados têm similar nacional e não são fabricados conforme processos produtivos básicos.

8. Os valores referentes à base de cálculo e ao total do ICMS a pagar, relativo às saídas realizadas pelo estabelecimento, são, respectivamente:
- (A) R\$ 3.030,00 e R\$ 429,90.
  - (B) R\$ 2.970,00 e R\$ 507,45.
  - (C) R\$ 3.030,00 e R\$ 481,50.
  - (D) R\$ 2.985,00 e R\$ 481,50.
  - (E) R\$ 2.970,00 e R\$ 504,90.
- 
9. Os valores referentes ao crédito de ICMS passível de escrituração e ao total do ICMS a recolher, no período, pelo estabelecimento, são, respectivamente,
- (A) R\$ 346,40 e R\$ 101,65.
  - (B) R\$ 371,90 e R\$ 151,15.
  - (C) R\$ 346,40 e R\$ 150,70.
  - (D) R\$ 371,90 e R\$ 133,00.
  - (E) R\$ 346,40 e R\$ 174,10.
- 
10. O controle das transferências de créditos far-se-á por meio de sistema eletrônico específico. Nesse contexto, é correto afirmar:
- (A) O sistema eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda faz uma auditoria prévia das operações e prestações informadas pelo estabelecimento como geradoras do valor do crédito acumulado disponível para transferência.
  - (B) O pedido de reserva para transferência do saldo do crédito acumulado transferível será efetuado via celular, por meio de APP oficial da Secretaria de Estado da Fazenda, com uso de certificado digital.
  - (C) Após o pedido de reserva para transferência, na hipótese de resultado positivo da auditoria prévia digital, automaticamente, o crédito acumulado passa para a condição de reservado e imediatamente estará disponível para transferência *on-line*.
  - (D) Tal sistema inclui a apropriação do crédito no estabelecimento destinatário, no caso de aproveitamento em conta gráfica, no período de referência em que declarado na DIME.
  - (E) Previamente à realização da transferência de créditos, o remetente deverá solicitar o aceite digital do destinatário, via celular (*smartphone*), por meio do APP oficial da Secretaria de Estado da Fazenda, com uso de certificado digital.



11. Conforme estabelece o RICMS/SC, o imposto
- (A) a recolher será apurado mensalmente, pelo confronto entre os débitos e os créditos escriturados durante o mês, em cada estabelecimento do sujeito passivo, mas será feita por mercadoria ou serviço dentro do mês, nas operações ou prestações sujeitas ao controle da Vigilância Sanitária federal.
  - (B) será apurado por operação ou prestação, na hipótese de contribuinte devedor contumaz, infrator ou com débito não garantido, após deliberação do Auditor Fiscal regional, até que a infração e os débitos sejam pagos ou garantidos, a juízo da PGE.
  - (C) correspondente ao diferencial de alíquotas devido por ocasião da entrada no estabelecimento, de máquinas, aparelhos ou equipamentos oriundos de outra unidade da Federação, destinados à integração ao ativo permanente do adquirente, poderá ser lançado em parcelas mensais iguais e sucessivas no livro Registro de Apuração do ICMS, no mesmo número previsto para crédito, devendo a primeira parcela ser debitada no mês em que ocorrer a entrada do bem no estabelecimento.
  - (D) será apurado diariamente nas operações efetuadas por estabelecimento industrial que receba para utilizar como insumo gasolina, óleo diesel, óleo combustível, carvão, álcool carburante ou gás liquefeito de petróleo (GLP).
  - (E) devido na entrada de máquinas e mercadorias, importadas diretamente do exterior, destinados ao ativo permanente do importador adquirente ou à revenda, poderá ser lançado em parcelas mensais iguais e sucessivas no livro Registro de Apuração do ICMS, em 48 parcelas, condicionado à comprovação da inexistência de produto similar produzido em território catarinense.
- 
12. O RICMS/SC, em especial o Título II do Anexo 3, que trata do regime de substituição tributária nas operações subsequentes, estabelece que tal regime NÃO se aplica
- (A) aos bens e mercadorias identificados no Anexo 1-A, ainda que não fabricados no Brasil.
  - (B) às operações que destinem mercadoria a estabelecimento que não seja sujeito passivo por substituição tributária do mesmo bem ou mercadoria, assim entendido aquele classificado no mesmo CEST.
  - (C) às operações com bens e mercadorias produzidas em escala industrial relevante, observado o disposto na Seção I do Capítulo V.
  - (D) às transferências para outro estabelecimento da mesma empresa, caso em que a retenção do imposto caberá ao estabelecimento que realizar operação de saída para estabelecimento de pessoa diversa.
  - (E) às operações que destinem bens e mercadorias a estabelecimento industrial para emprego em processo de industrialização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, desde que este estabelecimento não comercialize o mesmo bem ou mercadoria.
- 
13. A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária em relação às operações subsequentes, conforme o Título II do Anexo 3 do RICMS/SC,
- (A) poderá ser o preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no Regulamento.
  - (B) nas operações internas e interestaduais, quando o valor da operação própria for igual ou superior a 80% do PMPF ou do preço final a consumidor sugerido pelo remetente, será calculada com a aplicação de MVA sobre o preço praticado pelo remetente, estabelecida em lei complementar ou em convênio entre os Estados.
  - (C) será calculada, preferencialmente, pelo somatório do preço de venda praticado pelo remetente, dos valores de frete seguro e outros valores cobrados do destinatário e da margem de valor adicionado (MVA) determinada na forma prevista no Anexo 1-A.
  - (D) será o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, e na sua ausência, sequencialmente, o preço fixado por órgão público competente ou o Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF).
  - (E) será calculada no momento da saída, e ocorrendo reajuste de preço após a remessa da mercadoria, a diferença, quando auferida a qualquer título pelo substituto, não fica sujeita retenção complementar do imposto.
- 
14. Dentre os segmentos de bens e mercadorias sujeitos ao regime da substituição tributária por retenção antecipada, identificados no Anexo 1-A,
- (A) estão os segmentos de Materiais de Limpeza e o de Bebidas Alcoólicas, exceto vinho e cachaça.
  - (B) está o de Energia Elétrica, que compreende a energia elétrica de fonte natural e renovável, a energia de fonte não renovável e os materiais destinados à produção, transformação e transmissão da própria energia (Seção VIII do Anexo 1-A).
  - (C) está o de Produtos Alimentícios, que compreende, entre outros, chocolates e congêneres, sucos de frutas, leite e seus derivados, farinha de trigo e seus derivados, mas não compreende café, chá e seus derivados (Seção XVII do Anexo 1-A).
  - (D) estão os segmentos de Materiais de Construção e Congêneres e o de Produtos de Papelaria.
  - (E) está o de Medicamentos, que compreende os medicamentos para uso humano, mas não os de uso veterinário e as vitaminas e minerais (Seção XIV).



15. O regime da substituição tributária com relação às operações e prestações subsequentes, nos termos das disposições gerais contidas no Anexo 3 do Título II do RICMS/SC,
- (A) não se confunde com o regime de antecipação do recolhimento do ICMS com encerramento de tributação, o qual possui regras próprias e distintas.
  - (B) estabelece que, nas operações interestaduais destinadas a Santa Catarina, deve-se observar as normas contidas nos acordos específicos celebrados com outros Estados ou com o Distrito Federal, cujos efeitos serão válidos a partir da inserção destes na legislação tributária deste Estado.
  - (C) permite a celebração de acordos específicos com outros Estados ou com o Distrito Federal nas operações destinadas ao Estado, independentemente de as mercadorias neles relacionadas estarem sujeitas ao regime da substituição tributária nas operações internas no Estado.
  - (D) dispõe que sua adoção em operações interestaduais destinadas aos demais Estados independerá de acordo específico celebrado entre os Estados, pois a Lei Complementar nº 87 de 1996 prevê efeito extraterritorial à legislação catarinense.
  - (E) determina que os contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando remetentes de mercadorias, não estão abrangidos pelo referido regime de tributação.
- 
16. Eduardo é sócio gerente de uma empresa localizada em São Joaquim/SC. Devido à redução nas vendas, decidiu encerrar as atividades de um dos estabelecimentos localizados na cidade. No que se refere à baixa da inscrição, o Anexo 5 do RICMS/SC estabelece que
- (A) a concessão da baixa independerá de qualquer medida prévia de fiscalização.
  - (B) a baixa da inscrição dar-se-á de forma automática, mesmo para o contribuinte que possua débitos tributários pendentes.
  - (C) ela deve ser solicitada pelo contribuinte 30 dias antes do encerramento das atividades do estabelecimento.
  - (D) competirá, após a baixa, ao contabilista, ou organização contábil responsável pela escrita fiscal do contribuinte, proceder à incineração dos documentos fiscais utilizados nos últimos 6 anos.
  - (E) a concessão da baixa de inscrição exonera o contribuinte de débitos constatados posteriormente à data do deferimento do pedido, ficando o sujeito passivo imune a procedimento fiscalizatório pelo período decadencial.
- 
17. Conforme o Capítulo II do Título II do Anexo 5 do RICMS/SC, os estabelecimentos de contribuintes do ICMS localizados no Estado de Santa Catarina devem emitir documentos fiscais
- (A) na prestação de serviços sujeitos ao imposto municipal, quando na produção destes serviços tiver sido utilizado como insumo serviço ou mercadoria sujeito à incidência do ICMS.
  - (B) sempre que promoverem a saída de mercadoria, resíduos, lixo e perdas quantitativas de estoque.
  - (C) na transmissão de propriedade de empresas e estabelecimentos, decorrentes de alterações societárias, fusões, cisões e alienação de estabelecimentos.
  - (D) quando no estabelecimento entrarem bens ou mercadorias, real ou simbolicamente, novas ou usadas, remetidas a qualquer título por particulares, produtores primários ou pessoas físicas ou jurídicas não obrigadas à emissão de documentos fiscais.
  - (E) sempre que ocorrer a saída de bens do estabelecimento, ainda que se trate de ativo imobilizado com previsão de retorno.
- 
18. Conforme o Anexo 11 do RICMS/SC, previamente à concessão da Autorização de Uso de NF-e será analisado, entre outros aspectos, a
- (A) existência de débitos inscritos e não liquidados, em nome do contribuinte.
  - (B) compatibilidade do valor informado como base de cálculo com os preços praticados no mercado.
  - (C) integridade comercial do emitente.
  - (D) coerência entre os códigos dos produtos descritos e a tabela NCM/SH.
  - (E) regularidade fiscal do emitente.
- 
19. Após emitida a NF-e, o contribuinte
- (A) emitente deverá apagar ou destruir o arquivo digital sob sua guarda, mesmo fora da empresa, no prazo de 5 dias, pois o mesmo estará disponível na administração tributária quando solicitado.
  - (B) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, em prazo não superior a 24 horas contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização de uso da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço.
  - (C) não poderá deixar de pagar o imposto referente às prestações e operações descritas, pois o mesmo equivale a lançamento homologado e débito confessado.
  - (D) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, impresso em duas cópias, no posto fiscal de sua região, no prazo de 10 dias após o término do período de apuração.
  - (E) deverá transmitir o arquivo da NF-e à UF do destinatário, em formato XML ou PDF, ou em substituição, enviar o DANFE em formato PDF.



20. O contribuinte do ICMS pode sanar erros contidos em campos específicos de documentos fiscais. Conforme o Anexo 11 do RICMS/SC, para sanar erros em NF-e
- (A) de carga transportada, o transportador da mercadoria poderá emitir CC-e para alterar dados de quantidade e peso da carga.
  - (B) recebida, o destinatário deve emitir CC-e quando constatar a irregularidade nos campos de descrição da mercadoria, quantidade, base de cálculo e valor contábil.
  - (C) emitida, ele pode emitir CC-e dentro do prazo previsto na legislação, que deverá atender ao leiaute estabelecido no Manual de Orientação do Contribuinte e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada.
  - (D) recebida, o destinatário deve emitir NF-e de devolução e solicitar o envio, por internet, de outra NF-e com os dados corretos, no prazo de 15 dias.
  - (E) emitida, nos campos de quantidade e valor, ele pode emitir CC-e a qualquer tempo, que deverá ser transmitida via Internet por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

### Tecnologias da Informação

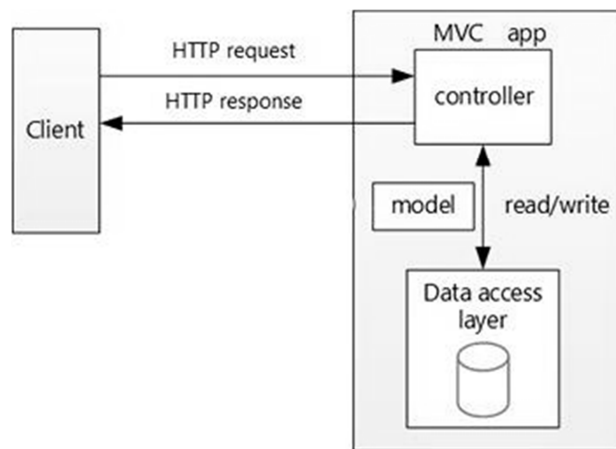
**Atenção:** Para responder às questões de números 21 a 24, considere o código a seguir:

```
<!DOCTYPE html>
<html lang="pt-br">
<head>
  <meta charset="UTF-8">
  <title> SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA </title>
  <script>
    function checar() {
      if(...I...){
        ...II...
        ...III...
      }
    }
  </script>
  <style>
    ...IV...
  </style>
</head>
<body>
  <form name="frm">
    <p>
      Escolha os anos para referência <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2016-1" id="op1"> <label for="op1">2016-1 </label> <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2016-2" id="op2"> <label for="op2">2016-2 </label> <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2017-1" id="op3"> <label for="op3">2017-1 </label> <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2017-2" id="op4"> <label for="op4">2017-2 </label> <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2018-1" id="op5"> <label for="op5">2018-1 </label> <br>
      <input type="radio" name="a1" value="2018-2" id="op6"> <label for="op6">2018-2 </label> <br>
    </p>
    <p>
      <input type="button" value="Checar" onclick="checar();" >
    </p>
  </form>
  <p id="x"></p>
</body>
</html>
```

21. Para verificar se o ano escolhido pelo usuário na página da Secretaria de Estado da Fazenda foi 2018-2, a lacuna I, no código, deverá ser corretamente preenchida por
- (A) `document.a1.value=="2018-2"`
  - (B) `document.frm.a1[5].checked`
  - (C) `document.getElementByName("a1").value=="2018-2"`
  - (D) `document.getElementById("op5").value=="2018-2"`
  - (E) `document.frm.a1[6].checked`



22. Para que no parágrafo, cujo id é igual a "x", seja exibida a mensagem Ano escolhido 2018-2 quando a condição analisada for verdadeira, a lacuna II, do código, deverá ser corretamente preenchida por
- (A) `document.getElementById("x").insert = "Ano escolhido " + document.frm.a1[5].value;`
  - (B) `document.p[id="x"].innerHTML = "Ano escolhido 2018-2";`
  - (C) `document.getElementById("x").innerHTML = "Ano escolhido " + document.frm.a1[5].value;`
  - (D) `document.p["x"].innerHTML = "Ano escolhido " + document.frm.a1[5].value;`
  - (E) `document.getElementById("x").text = "Ano escolhido 2018-2";`
23. Para aplicar a cor de fonte vermelha no elemento de id igual a "x", caso a condição seja verdadeira, utiliza-se, na lacuna III, do código, o comando
- (A) `document.getElementById("x").style.color = '#ff0000';`
  - (B) `document.p.id("x").css.color = '#0000ff';`
  - (C) `document.getElementById("x").style.color = '#ff0000';`
  - (D) `document.p(id="x").style.color = '#ff0000';`
  - (E) `document.getElementById("x").css.color = '#0000ff';`
24. Para aplicar a cor de fundo azul no botão, a lacuna IV, do código, deve ser corretamente preenchida por
- (A) `input.button {background-color:blue}`
  - (B) `input#button {background-color:#0000ff}`
  - (C) `input(type=button) [background-color:blue]`
  - (D) `input.type("button") {background-color:#0000ff}`
  - (E) `input[type=button] {background-color:blue}`
25. Considere a imagem abaixo, que representa um modelo de arquitetura de uma aplicação utilizando ASP.NET Web API.



Nessa arquitetura,

- (A) o *model* pode ser serializado para JSON e XML.
  - (B) o *client*, que consome a Web API, será obrigatoriamente um navegador web.
  - (C) só pode haver um *controller* para manipular solicitações HTTP e representar os dados.
  - (D) o *model* é representado por classes VBScript conhecidas como Plain Old Objects (POOs).
  - (E) o *controller* permite requisições HTTP somente por meio do método GET.
26. Entity Framework (EF) é um *framework* Object-Relational Mapping (ORM) de código aberto para aplicações .NET. Utilizando esse *framework* no desenvolvimento de uma aplicação *web*, um profissional de Tecnologia da Informação definiu o modelo (*model*) da aplicação (classes de domínio, classes de contexto e configurações). Depois, para salvar uma entidade no banco de dados, ele adicionou um objeto de domínio a um contexto e chamou o método
- (A) `ExecuteUpdate()` da classe `DbTransaction`.
  - (B) `SaveChanges()` da classe `DbContext`.
  - (C) `InsertData()` da classe `DbConnection`.
  - (D) `ExecuteQuery()` da classe `DbContext`.
  - (E) `InsertRecord()` da classe `DbTransaction`.





27. Considere o código fonte abaixo, que utiliza a sintaxe de marcação Razor para incorporar código baseado em C# em uma página da web.

```
@{
    var resultado = "";
    if (...I...)
    {
        var n1 = Request["t1"];
        var n2 = Request["t2"];
        var total = n1.AsInt() + n2.AsInt();
        resultado = "Resultado = " + total;
    }
}
<!DOCTYPE html>
<html>
    <head><title>Exemplo</title></head>
    <body>
        <form action="" method="post">
            <p>
                <label for="text1">Primeiro valor:</label><br>
                <input type="text" name="t1" id="text1">
            </p>
            <p>
                <label for="text2">Segundo valor:</label><br>
                <input type="text" name="t2" id="text1">
            </p>
            <p>
                <input type="submit" value=" Soma">
            </p>
        </form>
        <p> II .....</p>
    </body>
</html>
```

Um Auditor precisa usar um comando na lacuna I para verificar se os dados do formulário foram submetidos usando o método *post*, e um comando na lacuna II para exibir o conteúdo da variável *resultado*. Os comandos que o Auditor deverá utilizar são, respectivamente,

- (A) `isset($_POST)` e `echo resultado`
- (B) `IsPost` e `@resultado`
- (C) `@POST` e `${resultado}`
- (D) `doPost()` e `out.print(resultado)`
- (E) `isPost()` e `${resultado}`

28. Considere o trecho de código abaixo retirado de uma classe que faz parte de uma aplicação ASP.NET que utiliza ADO.NET.

```
private DataSet CreateDataSet()
{
    DataSet dataset = new DataSet();
    DataTable Funcionario = CreateFuncionarioTable();
    dataset.Tables.Add(Funcionario);
    return dataset;
}

private DataTable CreateFuncionarioTable()
{
    DataTable Funcionario = new DataTable("Funcionario");
    I
    .....
    return Funcionario;
}
```

Para adicionar na tabela *Funcionario* um campo do tipo inteiro chamado *Id*, a lacuna I, desse código, deve ser corretamente preenchida com

- (A) `dataset.Funcionario("int", "Id");`
- (B) `Funcionario.AddField("int", "Id");`
- (C) `dataset.AddColumn(Funcionario, "System.Int64", "Id");`
- (D) `AddNewColumn(Funcionario, "System.Int32", "Id");`
- (E) `AddColumn(Funcionario, "System.Integer64", "Id");`



29. Considere o fragmento de código abaixo retirado de uma classe criada em C#, em condições ideais.

```
int m = 8;
int n = 7;
int p = 3;
if (m >= n && m >= p)
{
    //statement 1
}
if (m >= n && !(p > m))
{
    //statement 2
}
if (m > n || m > p)
{
    //statement 3
}
if (m % 2 == 0)
{
    //statement 4
}
```

A partir da observação do código, considere as afirmações abaixo:

- I. `if (m >= n && m >= p)` verifica se `m` é maior que `n` ou maior que `p`.
- II. `if (m >= n && !(p > m))` verifica se `m` é maior que `n` e também maior que `p`.
- III. Se `if (m > n || m > p)` resultar em `true` indica que `m` não é o menor dos 3 números.
- IV. `if (m % 2 == 0)` verifica se o valor `m` contém um número inteiro.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

30. Um Auditor está trabalhando junto com uma equipe de desenvolvimento de uma aplicação em C#, que necessita de uma estrutura capaz de armazenar diversos objetos de um tipo de classe específico, de tal forma que seja facilitada a adição, consulta e remoção de elementos. Para tal, a equipe optou pelo uso da lista abaixo.

```
List<Pessoa> lista = new List<Pessoa>();
Pessoa p1 = new PessoaJuridica();
Pessoa p2 = new PessoaFisica();
Pessoa p3 = new PessoaJuridica();
lista.Add(p1);
lista.Add(p2);
lista.Add(p3);
```

Para percorrer os elementos desta lista obtendo cada objeto do tipo `Pessoa`, utiliza-se o comando

- (A) `foreach (Pessoa p in lista) { }`
- (B) `for(int indice=0; indice<=lista.Length(); indice++){lista.Get(Pessoa p);}`
- (C) `while(Pessoa p from lista) { }`
- (D) `for(int i=1; i<=lista.Length(); i++) {List.GetAt(Pessoa p);}`
- (E) `foreach(Get Pessoa in lista) { }`

31. Herança e interfaces são conceitos da orientação a objetos que permitem, respectivamente, a reutilização de código e o estabelecimento de contratos de obrigatoriedade na implementação de certas funcionalidades. Em C#,

- (A) métodos declarados em uma interface só podem ser públicos ou protegidos e não podem possuir implementação.
- (B) para declarar que uma classe chamada `PessoaJuridica` implementa uma interface chamada `ITributavel` utiliza-se o comando `public class PessoaJuridica: implements ITributavel { }`.
- (C) interfaces são mais complexas do que classes já que necessitam de atributos e métodos com implementação e sintaxe diferenciada.
- (D) herança múltipla (quando uma subclasse é filha de mais de uma superclasse) não é suportada, porém, cada classe pode implementar diversas interfaces diferentes.
- (E) para declarar que a classe chamada `Funcionario` herda a classe `Pessoa` e implementa a interface `ITributavel` utiliza-se o comando `public class Funcionario extends Pessoa: implements ITributavel { }`.



32. Sobre a área de conhecimento “requisitos de *software*”, para um sistema que contém componentes de *software*, considere:
- I. Os requisitos do sistema são derivados dos requisitos do *software*, esses abrangem os requisitos do usuário, os requisitos de outras partes interessadas e os requisitos sem uma fonte humana identificável.
  - II. Os requisitos do sistema são definidos de uma maneira restrita em relação aos requisitos do usuário, considerando apenas os requisitos dos clientes ou usuários finais do *software*.
  - III. Os requisitos do produto são necessidades ou restrições do *software* a ser desenvolvido e os requisitos do processo são essencialmente restrições no desenvolvimento do *software*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

33. As soluções em *Big Data Analytics*, usadas, por exemplo, pela Fazenda Pública principalmente para evitar sonegações de tributos, trabalham com algoritmos complexos, agregando dados de origens diversas, relacionando-os e gerando conclusões fundamentais para a tomada de decisões. Na execução dessas análises pelos auditores, considere:

- I. Dados estruturados.
- II. Dados semiestruturados.
- III. Dados não estruturados.
- IV. Dados brutos, não processados.
- V. Esquemas de dados gerados no momento da gravação.

Sobre um repositório de armazenamento, que contenha uma grande quantidade de dados a ser examinada, deverão ser utilizados APENAS os que constam de

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, IV e V.

34. A definição de contextos para que os usuários possam agir de maneira semelhante, entendendo melhor quais informações precisam fornecer durante a atividade de elicitação de requisitos, pode ser obtida por meio da aplicação de duas técnicas de elicitação denominadas

- (A) cenários e protótipos.
- (B) entrevistas e observação.
- (C) protótipos e observação.
- (D) cenários e histórias de usuários.
- (E) reuniões com facilitadores e histórias de usuários.

35. Como não existe um modelo de armazenamento de dados único adequado para atender a todos os cenários e necessidades das aplicações de *Big Data*, em complemento ao modelo relacional, foram criados quatro novos tipos de armazenamento NoSQL (*Not only SQL*). Dentre esses, aqueles que modelam os dados usando o formato de linhas e colunas são APENAS os tipos de bancos de dados orientados a colunas,

- (A) chave-valor e grafos.
- (B) chave-valor e documentos.
- (C) documentos e grafos.
- (D) chave-valor.
- (E) grafos.

36. Especificação de requisitos de *software* normalmente se refere à produção de um documento que pode ser sistematicamente revisado, avaliado e aprovado. Para sistemas complexos podem ser produzidos até três tipos diferentes de documentos. O documento denominado definição do sistema registra

- (A) os requisitos de *software* que estabelecem a base para o acordo entre clientes e contratados ou fornecedores.
- (B) o que o produto de *software* deve fazer bem como o que não se espera que ele faça.
- (C) uma base realista para estimar os custos, riscos e cronogramas do produto.
- (D) os componentes substanciais de *software* e não *software*.
- (E) os requisitos do sistema de alto nível a partir da perspectiva do domínio.



37. Durante o processo de validação, diferentes tipos de verificação podem ser efetuados com os requisitos registrados nos documentos de requisitos. O tipo de verificações de consistência é realizado para
- (A) identificar, por meio de análise mais aprofundada, outras funções necessárias, adicionais ou diferentes, além daquelas que um usuário pensava que fossem as necessárias para o sistema executar determinadas funções.
  - (B) evitar que requisitos, no documento, entrem em conflito uns com outros, ou seja, não deve haver restrições contraditórias ou descrições diferentes para mesma função do sistema.
  - (C) garantir que o documento de requisitos contenha os requisitos que definem todas as funções e as restrições pretendidas pelos usuários do sistema.
  - (D) assegurar, usando o conhecimento das tecnologias existentes, que os requisitos verificados possam ser realmente implementados, considerando o orçamento e o cronograma para o desenvolvimento do sistema.
  - (E) reduzir o potencial de conflito entre o cliente e o contratante por meio de um conjunto de testes que demonstre que o sistema entregue atende a cada requisito especificado.

38. O Test-Driven Development (TDD) é uma abordagem para o desenvolvimento de programas em que se intercalam testes e desenvolvimento de código. As etapas do processo fundamental de TDD são mostradas abaixo em ordem alfabética:

- I. Escrever um teste para a funcionalidade identificada e implementá-lo como um teste automatizado.
- II. Executar o teste, junto com os demais testes já implementados, sem implementar a nova funcionalidade no código.
- III. Identificar e implementar uma outra funcionalidade, após todos os testes serem executados com sucesso.
- IV. Identificar uma nova funcionalidade pequena para ser incrementada com poucas linhas em um código.
- V. Implementar a nova funcionalidade no código e reexecutar o teste.
- VI. Refatorar o código com melhorias incrementais até que o teste execute sem erros.
- VII. Revisar a funcionalidade e o teste, caso o código execute sem falhar.

Considerando o item IV a primeira etapa e o item III a última etapa, a sequência intermediária correta das etapas do processo é:

- (A) I – II – VII – V e VI.
  - (B) I – V – II – VII e VI.
  - (C) I – VI – V – VII e II.
  - (D) V – I – II – VII e VI.
  - (E) V – I – VI – VII e II.
39. Os testes unitários são aplicados em subprogramas individuais ou em componentes maiores construídos com unidades altamente coesas e são executados:
- I. sempre com acesso ao código que está sendo testado.
  - II. normalmente com o suporte de ferramentas de depuração.
  - III. sempre pelos programadores que escreveram o código.
  - IV. para verificar o funcionamento dos elementos de *software* separadamente.

Está correto o que consta de

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

40. Os testes de integração

- (A) são processos para verificar as iterações entre os componentes de *software*.
- (B) incrementais são frequentemente usados com *software* estruturado hierarquicamente.
- (C) *top-down* e *bottom-up* são os preferidos para reunir todos os componentes de uma só vez, chamado de teste “*big bang*”.
- (D) geralmente são atividades contínuas em cada estágio do desenvolvimento.
- (E) envolvem gradualmente os componentes ou subsistemas de *software* com base em segmentos não-funcionais.

41. Um dos primeiros passos para controlar a mudança é identificar os itens de *software* a serem controlados. Isso envolve, entre outros elementos, entender que a configuração de *software* se trata de uma

- (A) agregação ou item de *hardware* ou *software* ou ambos projetados para serem gerenciados como uma única entidade.
- (B) instância identificada de um item de *software*.
- (C) versão específica de um item que foi acordada como tal.
- (D) versão formalmente aprovada de um item que é formalmente designado e corrigido em um momento específico durante o ciclo de vida do item.
- (E) característica funcional e física do *hardware* ou *software*, conforme estabelecido na documentação técnica ou obtido em um produto.



**Atenção:** Para responder às questões de números 42 a 44, considere o seguinte caso hipotético:

*Uma adequada modelagem de dados é necessária antes da construção dos bancos de dados para que estes sejam suficientemente consistentes enquanto fontes de consulta pela fiscalização.*

*Um modelo de dados-exemplo para atender o controle de arrecadação tributária contém:*

– CONTRIBUINTE (Pessoa Física ou Jurídica):

Dados dos contribuintes, como:

- cpf ou cnpj (chave)
- endereço-contribuinte

– ARRECADAÇÃO:

Dados de arrecadação de tributo exigível, como:

- tipo-tributo
- objeto-tributo
- num-ocorrência-pagamento
- mês-ano-competência
- valor-tributo
- data-vencimento
- data-pagamento

– REGRAS DE NEGÓCIO:

- tipo-tributo é o que identifica um tributo (ex. IPVA, ICMS).
- objeto-tributo é um número de identificação sobre o qual incide o tributo (ex. Número Renavam, Número Inscrição Estadual).
- num-ocorrência-pagamento é um número sequencial dentro do ano, usado no caso de cotas ou parcelamento do mesmo tributo, i.e. mesmo tipo, mesmo objeto, mesma competência.
- Contribuinte e Arrecadação relacionam-se em um-para-muitos, cujo relacionamento tem o nome de Exigível.

42. A fim de manter a unicidade da entidade Arrecadação e, conseqüentemente, do relacionamento Exigível, o atributo identificador (chave) de Arrecadação deve ser formado pela composição, apenas, de
- (A) tipo-tributo, objeto-tributo e data-vencimento.
  - (B) objeto-tributo e mês-ano-competência.
  - (C) objeto-tributo, num-ocorrência-pagamento e mês-ano-competência.
  - (D) num-ocorrência-pagamento, mês-ano-competência, valor-tributo e data-vencimento.
  - (E) tipo-tributo, num-ocorrência-pagamento, data-vencimento e mês-ano-competência.

43. Considerando as entidades Contribuinte e Arrecadação, que serão convertidas para tabelas relacionais e o correspondente relacionamento entre elas, também a ser convertido em tabela relacional, bem como os atributos envolvidos, o projeto de banco de dados relacional normalizado deve, no mínimo, prever em sua estrutura, uma ligação
- (A) 1:n entre Contribuinte e Exigível e uma ligação n:1 entre Exigível e Arrecadação. A chave primária de Exigível será composta pelas chaves primárias de Contribuinte e Arrecadação.
  - (B) n:m entre Contribuinte e Exigível e uma ligação m:n entre Exigível e Arrecadação. A chave primária de Exigível será composta pelas chaves primárias de Contribuinte e Arrecadação.
  - (C) n:1 entre Contribuinte e Exigível e uma ligação m:n entre Exigível e Arrecadação. A chave primária de Exigível será composta pelas chaves primárias de Contribuinte e Arrecadação.
  - (D) m:n entre Contribuinte e Exigível e uma ligação n:1 entre Exigível e Arrecadação. A chave primária de Exigível será composta por uma chave própria e pelas chaves primárias de Contribuinte e Arrecadação.
  - (E) 1:1 entre Contribuinte e Arrecadação e m:n entre Exigível e Arrecadação. A chave primária de Exigível será composta por uma chave própria e pelas chaves primárias de Contribuinte e Arrecadação.

44. Um tipo característico de relacionamento para o qual se deve prestar especial atenção no Modelo Entidade-Relacionamento é
- (A) Agregação porque o relacionamento entre Contribuinte e Arrecadação se caracteriza como entidade associativa que irá, por sua vez, relacionar-se com instâncias correspondentes a outras parcelas de arrecadação.
  - (B) Auto relacionamento da entidade Arrecadação, no caso de associação entre parcelas do mesmo tributo.
  - (C) Contribuinte como Entidade Fraca de Arrecadação porque esta última é quem determina a existência, ou não, da primeira.
  - (D) Herança Não Exclusiva porque alguma instância da superclasse Contribuinte pode ou não estar associada a uma instância correspondente de Arrecadação.
  - (E) Generalização/Especialização Total porque toda instância da superclasse Contribuinte precisa estar associada a uma instância correspondente de suas subclasses (física ou jurídica).



45. Em condições normais de operação, na versão 12c do Oracle, é possível realizar operações *online* de manutenção em uma *table* sem causar *lock* na tabela em questão quando usando instruções DDL, tais como
- (A) `explain plan online` ou `drop constraint online`.
  - (B) `alter index unusable online` ou `drop index online`.
  - (C) `create index online` ou `merge online`.
  - (D) `call set online` ou `transaction online`.
  - (E) `drop index online` ou `server free online`.
- 
46. Antes do Oracle 12c, os tamanhos máximos em *bytes* dos *data types* `varchar2`, `nvarchar2` e `raw` atingiam, respectivamente, 4.000, 4.000 e 2.000. Os correspondentes tamanhos máximos, em *bytes*, desses *data types* estendidos no Oracle 12c, Release 1 (12.1) podem atingir, respectivamente,
- (A) 16.256, 8.156 e 4.096.
  - (B) 16.256, 16.256 e 8.156.
  - (C) 32.767, 16.256 e 8.156.
  - (D) 32.767, 32.767 e 16.256.
  - (E) 32.767, 32.767 e 32.767.
- 
47. No âmbito do Oracle Data Guard, o Oracle Database 12cR1 implementa uma *standby role* que realiza a coordenação entre o *database* primário e todos seus *standby databases*. Trata-se de um
- (A) *standby database* em cascata que recebe os *redo logs* de um *primary database* e atua como um repositório de *archive logs*, chamado *RouterSync Standby*.
  - (B) *secondary standby database* específico chamado *RemoteSync Standby* que usa RMAN ativo para receber os *redo logs* do *primary database*.
  - (C) *primary standby database* específico chamado *RMAN Standby* que recebe os *redo logs* de um outro *primary database* evitando, assim, a necessidade de se usar um segundo *cascading standby*.
  - (D) *standby database* em cascata que atua como um repositório de *archive logs* chamado *FarSync Standby*.
  - (E) *standby database* em cascata que usa RMAN ativo para receber os *redo logs* de outro *standby database* chamado *DSync Standby*.
- 
48. Um profissional de TI necessitava proteger, em tempo real, a exibição de diversos dados sobre benefícios e salários de empregados e também de valores de tributos devidos por contribuintes, a alguns usuários, ou seja, que os dados armazenados permanecessem inalterados, enquanto os dados a serem exibidos fossem transformados *on-the-fly* antes de deixarem o banco de dados. Para isto, o profissional se utilizou de uma funcionalidade que foi introduzida no pacote Advanced Security do Oracle Database 12c, chamada
- (A) Oracle Spot ADDM.
  - (B) Oracle Data Redaction.
  - (C) ASM Disk Scrubbing.
  - (D) SecureFiles LOBs.
  - (E) Oracle DataPump.
- 
49. A troca de contexto é a ocorrência de chaveamento entre a *engine* SQL e a *engine* PL/SQL durante a execução de *queries* ou blocos PL/SQL. Essa troca é invocada sempre que, dentro de um bloco PL/SQL, executa-se uma *query* ou um comando DML. Se executados isoladamente, os comandos INSERT, DELETE ou UPDATE, por exemplo, costumam ter pouco ou mesmo nenhum impacto na *performance*, mas quando executados em *loops*, o efeito das trocas de contexto se torna cumulativo e o prejuízo na *performance* do procedimento se torna bem evidente.
- Para evitar esse prejuízo, o Oracle 11g implementa um comando cujo objetivo é enviar ao servidor um lote de comandos DML de uma única vez, utilizando apenas uma troca de contexto. Trata-se de
- (A) FORNEXT.
  - (B) FETCH FIRST.
  - (C) FORALL.
  - (D) MAXLOOP.
  - (E) LOOPALL.



50. Com respeito ao Automatic SQL Tuning no Oracle Database 12c, quando o SQL Tuning Advisor é executado na tarefa automática na janela de manutenção, o seu foco principal é para as instruções SQL de alta carga já executadas anteriormente, em alguns períodos específicos. No escopo global, ele verifica e analisa o comportamento dessas instruções nesses períodos, para avaliar se podem ter seu desempenho melhorado aceitando ou não o `sql profile` estabelecido. A análise é feita tanto com base no tempo de CPU como no de I/O. A tarefa automática tem parâmetros configuráveis, sendo dois deles, os seguintes:
- I. `ACCEPT_SQL_PROFILES` que significa aceitar o `sql profile` automaticamente ou não.
  - II. `MAX_AUTO_SQL_PROFILES` que significa quantos *profiles* podem ser aceitos em geral no banco de dados Oracle em qualquer ponto no tempo.

As configurações padrão (*default*) para esses parâmetros são, respectivamente,

- (A) `false` – 10.000.
  - (B) `false` – 15.000.
  - (C) `true` – 15.000.
  - (D) `true` – 10.000.
  - (E) `true` – 20.000.
- 
51. No Oracle 11g, os `advisors` são desenvolvidos com base em componentes de infraestrutura, sendo um deles o Automatic Workload Repository (AWR), que
- (A) faz recomendações para melhorar a *performance* de uma carga de trabalho. Além de analisar índices e visualizações materializadas como em versões anteriores, ele analisa tabelas e consultas e faz recomendações sobre como otimizar estruturas de armazenamento.
  - (B) faz análise, detecta gargalos e recomenda soluções. As recomendações podem incluir o tipo de `advisor` que precisa ser usado para resolver o problema.
  - (C) analisa problemas com instruções SQL individuais como, por exemplo, o uso equivocado delas, além de fazer recomendações para melhorar a *performance*.
  - (D) fornece serviços para coletar, manter e utilizar estatísticas para fins de detecção de problemas e autoajuste e onde as informações estatísticas são armazenadas na forma de *snapshots*.
  - (E) fornece informações sobre melhoria percentual no tempo do banco de dados para vários tamanhos de `System Global Area`.

- 
52. Função de acesso a dados disponibilizada no Oracle Database 12c, cujo objetivo é minimizar a leitura de dados desnecessários, melhorando a *performance* de acesso a tabelas com muitos registros e que pode ser utilizada como alternativa ao `select count (distinct)`. Trata-se de
- (A) `MAX_COUNT_DISTINCT`.
  - (B) `MAXCOUNT (DISTINCT)`.
  - (C) `COUNT_DISTINCT_APPROACH`.
  - (D) `APPROX_COUNT_DISTINCT`.
  - (E) `APPROXCOUNT (DISTINCT)`.

- 
53. Um profissional de TI deseja utilizar algumas funções do Oracle Database 12c para:

- I. Remover todos os caracteres especificados do começo ou do final de uma *string*.
- II. Obter a localização de uma *substring* em uma *string*.

Para tanto, ele deve usar, respectivamente, as funções

- (A) `Lpad` e `Initcap`.
- (B) `Trim` e `Instr`.
- (C) `Chr` e `Instr`.
- (D) `Chr` e `Initcap`.
- (E) `Lpad` e `Instr`.



54. Em um Oracle Database, um profissional de TI deseja criar uma *trigger* chamada *Atualiza\_salario\_func*, com o objetivo de exibir as diferenças entre o novo (*NEW.salarioFunc*) e o antigo salário (*OLD.salarioFunc*) constantes da tabela de funcionários. Para tanto, ele escreveu o seguinte código:

```
CREATE TRIGGER Atualiza_salario_func
  BEFORE ..... I ..... ON ..... II .....
  FOR EACH ROW
  WHEN (NEW.CODFUNC > 0)
  DECLARE
    diferenca_salario number;
  BEGIN
    diferenca_salario := :NEW.salarioFunc - :OLD.salarioFunc;
    dbms_output.put('Salário antigo:' || :OLD.salarioFunc);
    dbms_output.put('Salário novo:' || :NEW.salarioFunc);
    dbms_output.put_line(' A diferença de salário foi de: ' || diferenca_salario);
  END;
/
```

As lacunas **I** e **II** devem especificar, correta e respectivamente, os elementos genéricos

- (A) condition e database\_name.  
(B) triggering\_event e column\_name.  
(C) column\_event e table\_name.  
(D) row\_event e column\_name.  
(E) triggering\_event e table\_name.
- 
55. Carlos pretende registrar um domínio no Brasil (extensão .br). Sua requisição pode ser feita diretamente ao
- (A) provedor de serviço ou ao *Dominio.br*.  
(B) *Registro.br*, somente.  
(C) *Registro.br* ou por meio de provedores de serviços.  
(D) *Dominio.br* ou *Registro.br*.  
(E) *Dominio.br*, somente.
- 
56. Ao tentar registrar um nome de domínio na internet, um agente público deparou-se com restrições impostas pelo órgão responsável por tal registro, no Brasil. Tais restrições determinavam que o nome escolhido deveria respeitar algumas regras sintáticas, tais como:
- Tamanho mínimo e máximo de caracteres, não incluindo a categoria. Por exemplo: no domínio *xxxx.com.br*, esta limitação se refere ao **xxxx**.
  - Não **iniciar ou terminar** por um certo tipo de caractere.
- Os tamanhos mínimo e máximo e o tipo de caractere são, correta e respectivamente,
- (A) 2, 26 e hífen.  
(B) 1, 30 e número.  
(C) 2, 32 e cedilha.  
(D) 3, 15 e número.  
(E) 1, 28 e zero.
- 
57. No âmbito da ciência de dados na definição de *Big Data*, utilizam-se características ou atributos que alguns pesquisadores adotam como sendo os cinco Vs. Porém, a base necessária para o reconhecimento de *Big Data* é formada por três propriedades:
- (A) valor, velocidade e volume.  
(B) valor, veracidade e volume.  
(C) variedade, velocidade e volume.  
(D) variedade, valor e volume.  
(E) velocidade, veracidade e volume.

- 
58. As aplicações de *Business Intelligence*, nas últimas décadas, se utilizam de dados multidimensionais, armazenados em *Data Warehouse*, para gerar visões de negócios baseados em análises
- (A) descritivas, diagnósticas, preditivas e prescritivas.  
(B) prescritivas, preditivas e diagnósticas, apenas.  
(C) preditivas, prescritivas e descritivas, apenas.  
(D) diagnósticas, descritivas e preditivas, apenas.  
(E) descritivas, diagnósticas e prescritivas, apenas.





59. Para implantar a segurança da Informação na Secretaria da Fazenda, um Auditor deverá considerar a tríade de atributos fundamentais, ou base, da segurança da informação, que são:
- (A) Autenticidade, Confidencialidade e Integridade.
  - (B) Autoridade, Autenticidade e Confidencialidade.
  - (C) Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade.
  - (D) Autenticidade, Confidencialidade e Disponibilidade.
  - (E) Integridade, Disponibilidade e Irretratabilidade.
- 
60. O estabelecimento e a implantação da segurança da informação requer o uso de diferentes mecanismos e recursos para atender os atributos de segurança da informação. Nesse contexto, o *Hash* tem a função de
- (A) realizar a transformação reversível da informação de forma a torná-la ininteligível a terceiros.
  - (B) criar uma chave criptográfica a partir do certificado digital.
  - (C) comprovar a identidade do emissor de um documento.
  - (D) atestar a validade de um documento.
  - (E) garantir a integridade de um documento.
- 
61. O responsável por classificar a informação no processo de classificação da informação deve ser o
- (A) proprietário do ativo da informação.
  - (B) gerente de apoio operacional.
  - (C) gerente de auditoria.
  - (D) diretor de TI.
  - (E) gestor de TI.
- 
62. Considere os seguintes controles da política de segurança estabelecida em uma empresa:
- I. Controlar o acesso de pessoas às áreas em que se encontram os servidores computacionais da empresa.
  - II. Bloquear acesso dos funcionários para *sites* inseguros da internet.
  - III. Instalar *Firewall* para controlar os acessos externos para a rede local da empresa.
- Os controles mencionados são, respectivamente, tipificados como de Segurança
- (A) Física, Lógica e Lógica.
  - (B) Lógica, Lógica e Lógica.
  - (C) Física, Lógica e Física.
  - (D) Lógica, Lógica e Física.
  - (E) Física, Física e Lógica.
- 
63. Suponha que se deseje implantar o esquema de acesso ao sistema da Secretaria de Estado da Fazenda utilizando a autenticação baseada em dois fatores diferentes. Para tanto, os possíveis fatores são:
- (A) PIN e frase de segurança.
  - (B) Senha e PIN.
  - (C) Token e Impressão digital.
  - (D) Impressão digital e padrão de retina.
  - (E) Cartão de identificação e Token.
- 
64. O Administrador dos servidores computacionais da Secretaria de Estado da Fazenda identificou que o servidor *Web* sofreu um ataque do tipo DoS (*Denial of Service*), pois
- (A) os *links* de algumas páginas *Web* foram alterados para páginas falsas.
  - (B) diversos usuários se queixaram que não conseguiam acesso à página web devido a erro no *login*.
  - (C) a senha do superusuário do servidor foi alterada.
  - (D) uma página *Web* do *site* da Secretaria foi alterada com informação falsa.
  - (E) o servidor ficou inoperante devido à sobrecarga de acessos.
- 
65. O Sistema de Nome de Domínio (DNS) é alvo frequente de ataques, uma vez que o redirecionamento dos acessos por meio do Nome de Domínio é um recurso de relativa facilidade e grande poder de atuação. Uma das formas de redirecionamento é realizada por um ataque que introduz dados falsos de DNS no *cache* de um *resolver* de DNS. Esse tipo de ataque é conhecido como DNS
- (A) *tunnelling*.
  - (B) *spoofing*.
  - (C) *hijacking*.
  - (D) *nxdomain*.
  - (E) *domain lock-up*.



66. O uso da VPN (Rede Privada Virtual) é uma necessidade nos dias de hoje para aumentar a segurança na comunicação de dados pela rede de computadores. Comparada com a tecnologia de LP (Linha Privada ou Dedicada), a VPN tem a DESVANTAGEM de
- (A) ter um custo operacional maior devido à necessidade de suporte de infraestrutura.
  - (B) ser menos segura na ocorrência de “grampos” na via de comunicação.
  - (C) ocasionar atrasos e desconexões da comunicação.
  - (D) exigir a contratação de um provedor de serviços VPN.
  - (E) realizar a comunicação apenas entre pontos (equipamentos) específicos.
- 
67. Suponha que, dentre as diferentes VPNs (Rede Privada Virtual), um Auditor foi incumbido de escolher a que possibilita o estabelecimento de uma comunicação segura utilizando os recursos de um navegador de Internet típico. Nesse caso, a correta escolha do Auditor deverá ser a VPN
- (A) IPSec.
  - (B) SSL.
  - (C) PPTP.
  - (D) MPLS.
  - (E) L2TP.
- 
68. Na área de estudos da criptografia da informação, o princípio de *Kerckhoff* estabelece que
- (A) os algoritmos e as chaves devem ser secretos.
  - (B) os algoritmos devem ser secretos e uma chave pode ser pública.
  - (C) o comprimento da chave deve ser definido de acordo com o nível de segurança exigido.
  - (D) os algoritmos devem obrigatoriamente incluir permutação e substituição de símbolos.
  - (E) todos os algoritmos devem ser públicos e apenas as chaves devem ser secretas.
- 
69. Dentre os dois principais tipos de criptografia, a vantagem da criptografia de chave simétrica, com relação à criptografia de chave pública, é a
- (A) garantia do não repúdio do remetente.
  - (B) complexidade do algoritmo de criptografia, o que dificulta a sua quebra.
  - (C) facilidade de gerenciamento e compartilhamento da chave.
  - (D) maior velocidade para criptografar a informação.
  - (E) capacidade de autenticar o remetente.
- 
70. Apesar do AES (*Advanced Encryption Standard*) permitir alguns tamanhos diferentes de chave, o padrão WPA2, utilizado como esquema de segurança em redes sem fio WiFi, faz uso do AES com chave de comprimento, em *bits*, de
- (A) 192.
  - (B) 240.
  - (C) 128.
  - (D) 256.
  - (E) 168.
- 
71. O protocolo TLS (*Transport Layer Security*) é composto de duas camadas: o protocolo de registro (*Record*) e os protocolos de *Handshaking*. Os tipos de algoritmos de criptografia utilizados em cada camada são, respectivamente, chave
- (A) assimétrica e chave simétrica.
  - (B) simétrica e chave assimétrica.
  - (C) pública e chave simétrica.
  - (D) simétrica e chave única.
  - (E) pública e chave assimétrica.
- 
72. A correta ordem de escolha de uma função de dispersão criptográfica (função *hash* criptográfica), considerando preferencialmente os de maior comprimento do resumo de saída, é:
- (A) MD5 e SHA-1.
  - (B) RIPEMD e SHA-1.
  - (C) MD5 e SHA-2.
  - (D) SHA-2 e MD5.
  - (E) SHA-1 e SHA-2.



73. A Assinatura Digital tem como objetivo principal garantir que o documento recebido é o mesmo que o remetente enviou, que não foi alterado durante o transporte e que o emissor não poderá negar que assinou e enviou tal documento. No processo da Assinatura Digital, após a geração do *hash* sobre o documento original, é aplicada, sobre esse *hash*, a criptografia utilizando a chave
- (A) privada do emissor.
  - (B) simétrica compartilhada.
  - (C) pública do emissor.
  - (D) pública do receptor.
  - (E) privada do receptor.
- 
74. A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) classifica os tipos de certificados digitais quanto a duas características principais: sua aplicação e suas características de segurança. Caso se deseje um certificado para identificar o assinante, atestar a autenticidade da operação, confirmar a integridade do documento assinado e que utilize uma chave de 2048 *bits*, o tipo de certificado a ser escolhido é:
- (A) A3.
  - (B) S3.
  - (C) A1.
  - (D) T3.
  - (E) S1.
- 
75. O desempenho dos sistemas computacionais nos dias de hoje é diretamente relacionado com a qualidade da infraestrutura de rede de computadores. Caso se deseje uma banda de comunicação de 10 Gbps para um servidor cuja distância do cabeamento é de 100 *m* e com uma relação custo/benefício maior, o cabo deve ser
- (A) Cat6.
  - (B) Cat7.
  - (C) Cat6A.
  - (D) Cat7A.
  - (E) Cat5e.
- 
76. O Auditor Fiscal foi designado para especificar a aquisição de um dispositivo de rede de computadores para realizar a interconexão e a comunicação entre uma rede Ethernet e uma rede Token-Ring. O dispositivo especificado pelo Auditor deve ser
- (A) HUB.
  - (B) *Firewall*.
  - (C) *Switch*.
  - (D) Roteador.
  - (E) *Bridge*.
- 
77. Com o objetivo de melhorar a segurança e o desempenho de uma rede local de computadores (LAN), o Administrador da rede implantou o recurso de VLAN utilizando o padrão IEEE 802.1Q. A característica dessa implantação é a utilização
- (A) do campo Porta Destino do protocolo IP para identificar a VLAN.
  - (B) de *tags* nos quadros *Ethernet* para identificar a VLAN.
  - (C) do campo de Endereço Destino do protocolo IP para identificar a VLAN.
  - (D) de uma máscara de sub-rede para distinguir a VLAN.
  - (E) do conceito de Classe de endereço IP para distinguir a VLAN.
- 
78. Um Administrador de um computador com interface de rede compatível com IPv6 deseja saber se a interface está em funcionamento. Para essa verificação ele deve utilizar o comando *ping* para o endereço:
- (A) FC00::
  - (B) ::0
  - (C) FD00::
  - (D) ::1
  - (E) FE00::
- 
79. No âmbito da infraestrutura, uma das vantagens DevOps é
- (A) realizar *deploy* sob controle manual de especialistas.
  - (B) estabelecer uma divisão bem delimitada entre infraestrutura e desenvolvimento.
  - (C) possuir um ambiente aberto (não padrão) sem muitos controles.
  - (D) ter a infraestrutura como código.
  - (E) fazer com que cada etapa do processo seja aprovada formalmente pelos gerentes.
- 
80. A tecnologia que envolve o conceito de virtualização
- (A) diz respeito apenas ao campo de servidores.
  - (B) pode ser aplicada em servidores e, também, em *storage*, *network* e aplicação.
  - (C) não pode ser aplicada no âmbito de *storage*.
  - (D) não é aplicável no âmbito de redes.
  - (E) não aborda a área de aplicações.